

Gerenciamento de Riscos e Capital - Pilar 3



4º Trimestre de 2025



4T25

Conglomerado Prudencial Porto

Sumário

1. Objetivo	4
1.1. Contexto operacional	4
1.2. Metodologias adotadas para avaliar a suficiência de capital	5
2. Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos	5
2.1. OVA - Visão geral do gerenciamento de riscos	7
2.2. Governança do Gerenciamento de Risco	7
2.3. Canais de disseminação da cultura de riscos	8
2.4. Escopo e principais características do processo de mensuração de riscos	9
2.5. Processo de reporte de riscos ao CA e à diretoria	10
2.6. Testes de estresse	10
2.7. Estratégias de mitigação de riscos e sua efetividade.....	10
2.8. Gerenciamento de Capital.....	11
2.9. KM1 - Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais.....	12
2.10. OV1 - Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)	13
3. Composição de Capital.....	13
3.1. CCA - Principais Características dos Instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR).....	14
3.2. CC1 - Composição de Patrimônio de Referência (PR)	14
3.3. CC2 - Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o Balanço Patrimonial	18
4. Indicadores de Liquidez.....	19
4.1. LIQA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez.....	19
4.1.1. Estrutura e responsabilidades	19
4.1.2. Estratégias de captação de recursos	20
4.1.3. Estratégias de mitigação do risco de liquidez.....	20
4.1.4. Testes de estresse.....	21
4.1.5. Plano de contingência	21
4.1.6. Ferramentas e metodologia de mensuração do risco de liquidez	21
5. Risco de Crédito.....	22
5.1. CRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito	22
5.2. Critérios associados ao risco de crédito	22
5.3. Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.....	22
5.4. Política de Conformidade e Auditoria Interna	22
5.5. Escopo dos relatórios gerenciais.....	23
5.6. CR1 - Qualidade creditícia das exposições	23
5.7. CR2 - Mudança no estoque de ativos problemáticos	23

5.8. CRB - Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições	24
6. CCRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento de risco de crédito de contraparte (CCR).....	27
6.1. Políticas de avaliação de CCR.....	27
7. Risco de mercado	28
7.1. MRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado	28
7.2. Estrutura	28
7.3. Principais características dos sistemas de informação e de mensuração dos riscos ..	29
7.3.1. Carteira de negociação	29
7.3.2. Carteira bancária.....	29
7.4. MR1 - Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado....	29
8. Risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB).....	30
8.1. IRRBBA - Objetivos e políticas para o gerenciamento de IRRBB.....	30
8.2. IRRBB1 - Informações qualitativas sobre o IRRBB	32
9. Risco Operacional.....	32
9.1. ORA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco operacional	32
9.1.1. Processo de gerenciamento de risco operacional.....	33
9.1.2. Estrutura Organizacional	33
9.1.3. Sistemas, rotinas e procedimentos para mensurar o Risco Operacional	34
9.1.4. Escopo dos relatórios gerenciais	35
9.1.5. Estratégia de mitigação de Risco Operacional	35
9.2. OR2 - Composição do Indicador de Negócios (BI)	37
9.3. OR3 - requerimento de capital para o risco operacional.....	37

1. Objetivo

Em consonância com as publicações do Banco Central do Brasil (BACEN) que regulamentam a implementação do Acordo de Basileia no país, o presente relatório visa apresentar as informações requeridas pela Resolução BCB n° 54 de 16/12/2020 (dispõe sobre a divulgação de informações do Relatório de Pilar 3) e pela Resolução CMN n° 4.557 de 23/2/2017 (dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações).

A Diretoria do Conglomerado Prudencial Porto Seguro assume a responsabilidade pelas informações divulgadas neste relatório. Transparência e clareza norteiam este documento, em conformidade com os princípios do grupo no sentido de contribuir com a solidez do Sistema Financeiro Nacional e a estabilidade das instituições integrantes. Ressalta-se que as informações detalhadas neste documento podem ser analisadas em conjunto com os demais relatórios da Companhia. Mais detalhes estão disponíveis no site de Relações com os Investidores: <http://ri.portoseguro.com.br>.

1.1. Contexto operacional

O Conglomerado Prudencial Porto Seguro, classificado na segmentação “S3” do BACEN, atua nos segmentos de empréstimos, financiamentos e cartão de crédito, por meio da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (Portoseg), distribuição de cotas de fundos de investimento com a Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Portopar) e administração de grupos de consórcio de bens móveis e imóveis com a Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. (Porto Consórcio). As empresas são diretamente controladas pela Porto Negócios Financeiros S.A., que está vinculada à holding Porto Bank S.A. e, de forma imediata, à Porto Seguro S.A., cuja ações são negociadas no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) sob a código de negociação PSSA3.

O portfólio de produtos oferecidos pelo Conglomerado Prudencial engloba diferentes modalidades de operação, visando atender os diversos perfis de clientes, sejam pessoas físicas ou jurídicas, as quais se destacam:

- Financiamento e refinanciamento de veículos;
- Empréstimo com e sem consignação em folha;
- Capital de giro;
- Cartão de crédito para pessoas físicas e jurídicas;
- Consórcios de bens móveis e imóveis; e
- Cotas de fundos de investimento.

1.2. Metodologias adotadas para avaliar a suficiência de capital

O processo de gerenciamento de capital se inicia no Planejamento Estratégico, por meio do qual provê a visão de negócios para horizontes de médio e longo prazos, incluindo premissas de crescimento de negócios, lucratividade, dentre outros indicadores-chave.

Levando-se em consideração as metas e projeções de crescimento dos ativos e dos passivos exigidos, as principais fontes de *funding* e o plano de contingência de capital, o Conglomerado desenvolve o seu Plano de Capital considerando um horizonte mínimo de três anos, em conformidade com as condições estabelecidas na Resolução CMN nº 4.557/2017.

Para elaboração do citado plano são analisadas, de forma conjunta, as projeções, as ameaças e as oportunidades relativas ao ambiente econômico e de negócios, as metas de crescimento, a Política de Distribuição de Resultados e as análises dos riscos ao qual o Conglomerado está exposto.

O Plano de Capital, aprovado pela Diretoria, é um instrumento essencial para o gerenciamento de capital do conglomerado. Sua revisão ocorre anualmente após a definição do orçamento, ou extraordinariamente em caso de alterações significativas. Complementarmente, a Política de Gerenciamento de Capital estabelece limites internos para o Índice de Basileia (IB), visando a eficiência na alocação e a manutenção de um excedente prudente contra adversidades de mercado, como oscilações de juros, em conformidade com a Declaração de Apetite a Riscos (RAS).

O monitoramento do IB e dos demais componentes da estrutura de capital do Conglomerado Prudencial é realizado através de comitês e relatórios específicos, sendo estes submetidos à apreciação da Diretoria para fins de acompanhamento e, se necessário, planejamento e adoção de ações para conformidade com os limites propostos.

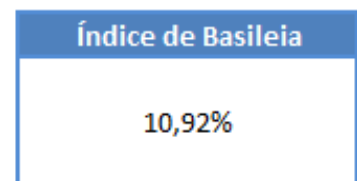
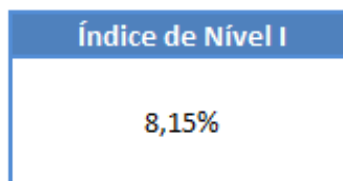
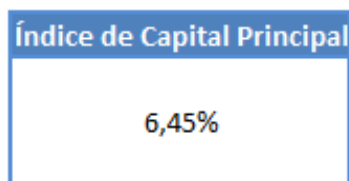
No tocante à suficiência e adequação do Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial Porto em relação às exposições aos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como ao risco de mercado da carteira bancária, são realizadas projeções dos principais componentes da estrutura de capital, com periodicidade mínima anual, as quais são baseadas principalmente na expectativa de evolução das carteiras de crédito da Portoseg S/A CFI e ainda nas projeções de lucro e distribuição de dividendos, com base no planejamento estratégico de cada empresa integrante do Conglomerado.

2. Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos

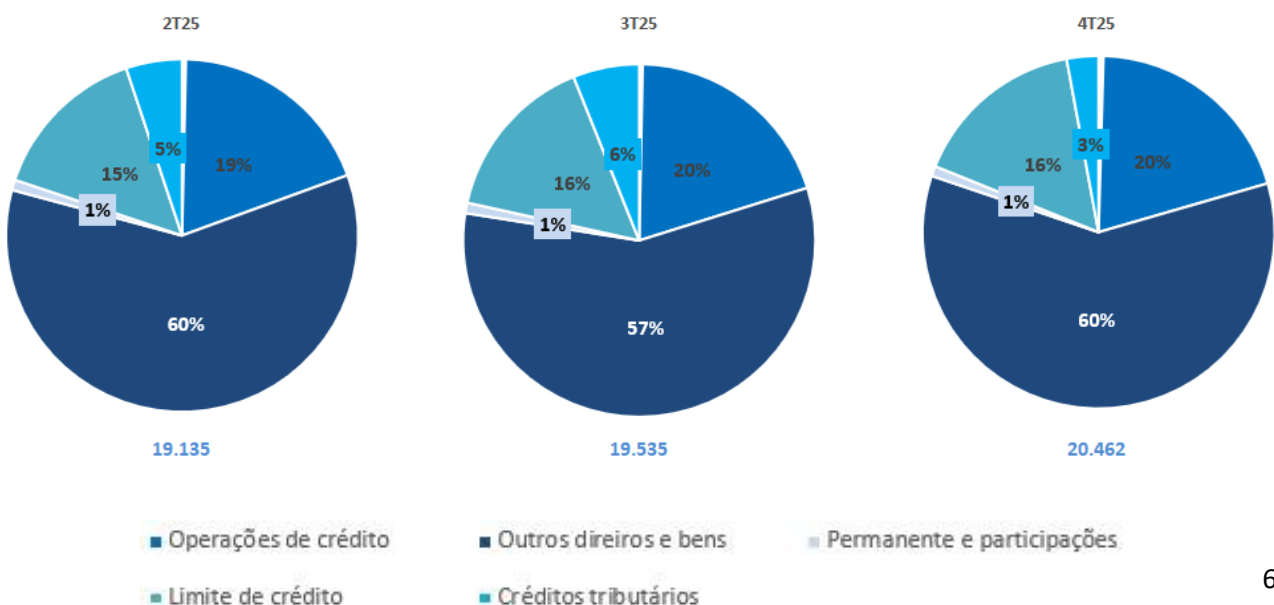
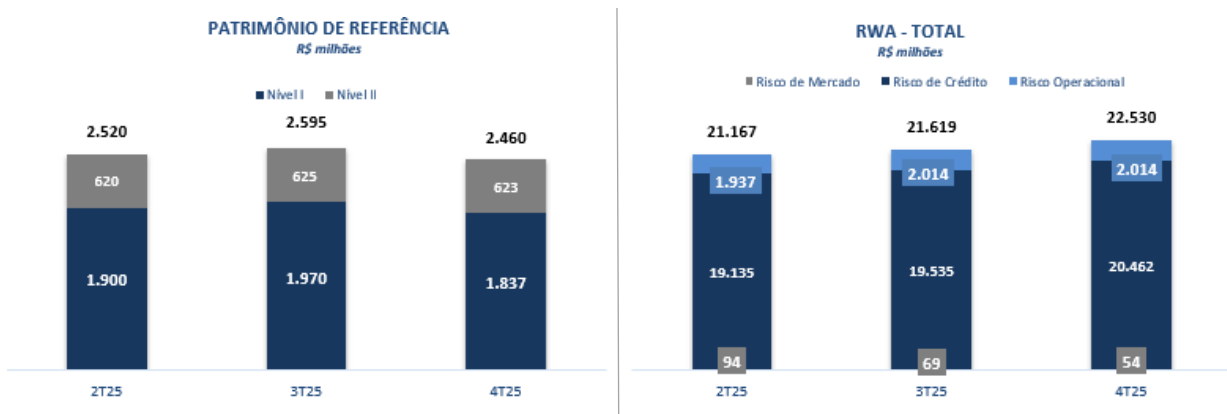
Os indicadores prudenciais abaixo demonstrados, referentes à data-base de 31/12/2025, englobam o conglomerado prudencial. No sentido de fortalecer o patrimônio do conglomerado em face da expansão projetada dos ativos ponderados pelo risco, especialmente no que tange à carteira de crédito, a Portoseg adotou, imediatamente, as providências necessárias para assegurar a manutenção da margem positiva de suficiência de capital principal, com a realização, por sua acionista Porto Bank S.A., de aportes de capital no valor de R\$ 230,6 milhões, totalmente integralizados até o mês de dezembro/2025, cuja ação elevaria o **Capital Principal para 7,47%**, **o Capital de Nível I para 9,18%** e **o Índice de Basileia para 11,94%**. O reconhecimento no Patrimônio de Referência ocorrerá assim que houver o deferimento do pleito por parte do

BCB/DEORF.

A tabela KM1, com formato fixo conforme definido pelo BACEN, apresenta, inclusive, os impactos no Patrimônio de Referência e nos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), em face da adoção das Resoluções CMN n° 4.966 de 25/11/2021 e BCB n° 352 de 23/11/2023, que dispõem sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge).



Exposição ao Risco de Crédito (RWAcpad)
R\$ milhões



Nota: A parcela de exposição a riscos descrita como “outros direitos e bens” é composta por diversos itens patrimoniais, sendo os mais relevantes a carteira a vencer da operação do cartão de crédito e as despesas antecipadas relacionadas a comissões pagas pela Administradora de Consórcio.

2.1. OVA - Visão geral do gerenciamento de riscos

O gerenciamento dos riscos é altamente estratégico devido à crescente inovação dos serviços e produtos ofertados, assim como resultado da diversificação dos negócios, aumento das tecnologias e regulamentações envolvidas, tornando suas atividades de gestão cada vez mais complexas.

Neste contexto, a gestão de riscos atua como um processo formal utilizado para identificar riscos, financeiros e não-financeiros, o qual possibilita estimar o impacto potencial desses eventos sobre o negócio da Companhia. Desta maneira, é possível estabelecer ações e métodos para tratar tais impactos, reduzindo as ameaças a um nível aceitável, assim como permitir alcançar oportunidades. Os principais riscos considerados como materiais na data-base de referência são: Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco Operacional e Risco de Mercado.

Desta forma, o objetivo da gestão de riscos não é eliminar os riscos, mas gerenciar todos os riscos envolvidos nas atividades do negócio, maximizando as oportunidades e minimizando os efeitos adversos. Este processo possibilita o desenvolvimento e o crescimento do Grupo condizente com a estratégia de risco adotada.

2.2. Governança do Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos (EGR) é definida como o conjunto de componentes que fornecem os fundamentos e arranjos organizacionais para a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos através de toda uma organização.

Na Porto o gerenciamento dos riscos é realizado de modo integrado e independente, valorizando as decisões tomadas em seus Comitês. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e acultramento de todas as áreas da Companhia.

A estrutura que pauta o gerenciamento de riscos do Conglomerado segue o modelo das três linhas de defesas. Essa abordagem é a base da estrutura de governança corporativa de gerenciamento de riscos, em que temos:

Primeira linha - (Unidades Operacionais e de negócios) - As Diretorias Executivas e suas unidades operacionais têm responsabilidade primária pelos riscos que decorrem de sua atividade. Desta forma, espera-se que estas adotem procedimentos e controles adequados para que a gestão esteja alinhada com as diretrizes definidas pela organização.

Segunda linha - (Funções de Controle) - As funções de controle têm como responsabilidade orientar e supervisionar se os processos e controles definidos pela primeira linha estão de acordo

com as diretrizes organizacionais. As funções de controle estão relacionadas principalmente à área de Gestão de Riscos Corporativos, Compliance e Controles Internos.

Terceira linha - (Auditoria Interna) - A função de auditoria interna é atuar de forma mais ampla e independente na verificação da aderência às diretrizes ao avaliar a eficácia do ambiente de gestão e controle de riscos (supervisão sobre a primeira e segunda linhas).

Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, o Grupo possui a área de Gestão de Riscos Corporativos, cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

A estrutura de Gestão de Riscos também conta com o apoio de Comitês específicos, tais como o Comitê de Risco Integrado (CRI) e Comitê de Auditoria da Porto Seguro S/A.

O CRI tem como objetivo fornecer subsídios e informações à Diretoria Executiva em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos das empresas que compõem o Conglomerado Prudencial Porto Seguro. Neste sentido, destacam-se a revisão e aprovação anual da Política Corporativa de Gestão de Riscos, zelo pelo cumprimento das demais políticas e a apresentação de recomendações relacionadas ao apetite por risco e limites de exposição por tipos de risco.

Por sua vez, o Comitê de Auditoria possui como objetivo principal fornecer suporte à Administração do Grupo Porto Seguro na atuação da Governança Corporativa, voltada à transparência dos negócios. As instâncias de governança de Riscos são relacionadas por meio desses comitês, na qual a EGR tem por responsabilidade reportar periodicamente os resultados dos monitoramentos e análises de risco à Diretorias Executiva, CRI e Comitê de Auditoria.

2.3. Canais de disseminação da cultura de riscos

A Porto possui cursos em formato online obrigatórios que deve ser cumprida por todos os colaboradores sobre ética e conduta, gestão de riscos, lei anticorrupção, prevenção a lavagem de dinheiro, prevenção a fraudes, riscos cibernéticos, e Lei Geral de Proteção de Dados, que visam conscientizar sobre a importância da gestão de riscos nos diversos níveis organizacionais. Ademais, há grade de cursos presenciais, com o objetivo de garantir a efetiva capacitação dos colaboradores.

Tais iniciativas proporcionam a disseminação da cultura de risco entre os colaboradores da Porto Seguro, ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas.

É importante destacar que todas as diretrizes, princípios, estratégias, papéis e responsabilidades, controles, limites e outros aspectos que permeiam a estrutura de gestão de riscos, são documentadas em políticas específicas. Estas políticas são revistas, no mínimo, anualmente, sendo aprovadas pela Diretoria da Companhia e divulgadas internamente por meio da intranet do Grupo Porto Seguro, estando assim disponíveis para seus colaboradores.

2.4. Escopo e principais características do processo de mensuração de riscos

Para auxiliar a estrutura de Gestão de Riscos, foram redigidas diversas políticas e procedimentos que trazem estratégias e diretrizes para os riscos considerados relevantes, estabelecendo um conjunto de princípios, limites, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, mensuração, tratamento e monitoramento dos riscos aos quais o Conglomerado Prudencial Porto Seguro esteja exposto, a fim de garantir a aderência à legislação e às melhores práticas de mercado. Destaca-se, neste contexto, o que segue:

- **Risco de Crédito:** Para identificação do risco de crédito, são adotados modelos estatísticos que atribuem score a cada indivíduo a fim de determinar a probabilidade de inadimplência bem como o grupo de risco específico. A “escoragem” de crédito adota o credit score quando do início de relacionamento do cliente, enquanto que, no decorrer do ciclo de vida utiliza-se do behavior score para classificar o cliente de acordo com seu nível de risco. Os modelos utilizados avaliam a situação econômica e financeira do indivíduo (capacidade de honrar os compromissos) e utilizam análise cadastral e consulta a bureaus externos para incrementar a avaliação do risco exposto.
- **Risco de Liquidez:** A aferição do risco de liquidez deve ser realizada considerando a disponibilização de recursos em caixa, volume de ativos líquidos suficientes para suportar saídas líquidas, no prazo definido em política, sem considerar novas captações ou renovações não formalizadas. Adicionalmente, de maneira a complementar a gestão de liquidez, acompanha-se o Índice de Liquidez Estrutural (ILE), que avalia a qualidade e a estabilidade de captações frente os ativos.
- **Risco de Mercado:** Para o acompanhamento do risco de mercado dos fundos de investimentos, foram estabelecidas diversas metodologias, tais como: *Tracking Error*, *Benchmark VaR* e Volatilidade. Para a carteira de investimento total, a avaliação baseia-se no *Value-at-Risk* e Testes de Estresse. Por sua vez, para apuração do risco de mercado para a carteira bancária foi estabelecida metodologia conforme Circular BCB Nº 3.876/2018. Neste sentido, a mensuração e o controle necessários para avaliação do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária - IRRBB (*Interest Rate Risk of Banking Book*), são realizados com base nas abordagens de cenários de estresse de impacto no valor econômico (*Economic Value of Equity* - EVE) e de resultado (*Net Interest Income* - NII).
- **Risco Operacional:** A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, e conta para isso com um processo formal usado para identificar os riscos e as oportunidades. O processo de Gestão de Riscos prevê:
 - a) Identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos;
 - b) Documentação e armazenamento de informações referentes aos riscos identificados;

- c) Elaboração, com periodicidade mínima anual, de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controles;
- d) Mapeamento de controles e direcionamento de testes para equipe de Controles Internos, com periodicidade mínima anual;
- e) Elaboração e disseminação da política de gestão de risco operacional ao pessoal da instituição, em seus diversos níveis;
- f) Estabelecimento de papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados; e
- g) Implementação, manutenção e divulgação de processos estruturado de comunicação.

2.5. Processo de reporte de riscos ao CA e à diretoria

São previstos reportes periódicos do nível de risco de forma a avaliar sua aderência ao apetite por risco definido pelo Diretoria Executiva. Caso sejam identificadas situações de desenquadramento, é previsto que as unidades operacionais e de negócios (primeira linha) responsáveis justifiquem os motivos, ações de tratamento previstas e prazos para reenquadramento.

Ressalta-se que os níveis de exposição ao risco e sua aderência aos respectivos limites estabelecidos são acompanhados, no mínimo, trimestralmente pela Diretoria.

2.6. Testes de estresse

Para realização dos testes de estresse para o Conglomerado Prudencial Porto Seguro, cuja atualização ocorre mensalmente, é utilizado o conjunto de metodologias descritas a seguir, que tem por objetivo avaliar se a instituição possui condições para se manter suficientemente capitalizada, mesmo diante de cenários de deterioração da qualidade do risco de crédito:

- Análise de Sensibilidade;
- Teste de Estresse Hipotético;
- Teste de Estresse Retrospectivo;
- Teste de Estresse Prospectivo (em função da inadimplência do SFN);
- Teste de Estresse Prospectivo (em função de variáveis macroeconômicas); e
- Teste de Estresse para Cenários de Crise.

Para todas as metodologias descritas, apura-se o montante adicional de despesas com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) necessário para amparar o novo perfil de risco.

2.7. Estratégias de mitigação de riscos e sua efetividade

Os seguintes componentes são utilizados na avaliação dos processos, metodologias e ferramentas relacionados à EGR :

- Inventário e perfil de risco que descreva cada risco identificado, que indique sua categoria e suas causas e que possibilite atribuir responsabilidades em relação à sua gestão;

- Metodologias qualitativas e/ou quantitativas para mensuração de riscos e, quando for o caso, das respectivas fontes de dados;
- Estimativa do nível de risco, com base nas metodologias estabelecidas para cada um dos riscos identificados;
- Tratamentos e controles compatíveis com cada nível de risco e com as prioridades estabelecidas pelo Grupo Porto Seguro, visando manter as exposições a riscos dentro dos limites definidos em suas políticas e procedimentos, além de mecanismos para avaliação da efetividade de tais medidas;
- Indicadores ou variáveis para o monitoramento dos níveis de exposição aos principais riscos;
- Mecanismos de comunicação que viabilizem o desenvolvimento das atividades previstas nos componentes anteriores, que possibilitem o efetivo reporte de exposições a riscos e, no caso de eventuais desvios em relação aos limites estabelecidos, permitam a adoção tempestiva das medidas cabíveis; e
- Apetite por Risco, com base nas metodologias e cálculos estabelecidos.

2.8. Gerenciamento de Capital

A Porto executa suas atividades de gerenciamento de capital por meio de um modelo de gestão consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo BACEN.

A estratégia de gerenciamento de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Companhia por meio da otimização do nível de adequabilidade e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão periódica do planejamento estratégico e monitoradas no Comitê de Capital e Liquidez.

Neste contexto, as diretrizes e os objetivos do gerenciamento de capital englobam a sua alocação de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista, enquanto se garante o alinhamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, de expansão e mudança de risco dos negócios assim como manutenção da viabilidade econômica das empresas em situações adversas (econômica, regulamentar/legal e mercado), por meio da adoção de uma postura prospectiva.

A Portoseg S/A CFI, instituição líder do Conglomerado Prudencial Porto Seguro, em razão de sua alta representatividade no tocante ao patrimônio de referência e aos ativos totais ponderados pelo risco, possui uma estrutura dedicada - Superintendência de Governança, Riscos Integrados e Compliance - cuja responsabilidade, neste contexto, é controlar o nível de solvência do conglomerado, englobando a organização dos dados, o desenvolvimento e a gestão de documentos regulatórios e relatórios executivos, monitoramento do Índice de Basileia (IB), Nível I e Capital Principal, realização de simulações e projeções de cenários, reportes e relacionamentos junto ao BACEN, às auditorias interna e independente, às áreas de negócio e de controles interno.

2.9. KM1 - Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

R\$ milhões	4T25	3T25	2T25	1T25	4T24
Capital Regulamentar					
Capital Principal	1.453	1.630	1.604	1.615	1.614
Capital principal (Sem efeitos de capital das Res. CMN nº 4.966 e Res. BCB nº 352)	1.334	1.512	1.486	1.496	0
Nível I	1.837	1.970	1.900	1.888	1.888
Nível I (Sem efeitos de capital das Res. CMN nº 4.966 e Res. BCB nº 352)	1.719	1.851	1.782	1.770	0
Patrimônio de Referência (PR)	2.460	2.595	2.520	2.549	2.532
Patrimônio de Referência (PR) (Sem efeitos de capital das Res. CMN nº 4.966 e Res. BCB nº 352)	2.342	2.477	2.402	2.431	0
Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	0	0	0	0	0
Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente (Sem efeitos de capital das Res. CMN nº 4.966 e Res. BCB nº 352)	0	0	0	0	0
Destaque do PR	0	0	0	0	0
Ativos ponderados pelo risco (RWA)					
RWA total	22.530	21.619	21.167	20.334	19.364
RWA total (Sem efeitos de risco das Res. CMN nº 4.966 e Res. BCB nº 352)	22.412	21.501	21.049	20.215	0
Capital regulamentar como proporção do RWA					
Índice de Capital Principal (ICP)	6,45%	7,54%	7,58%	7,94%	8,34%
Índice de Capital Principal (ICP) (Sem efeitos de capital e risco da Res. CMN nº 4.966 e da Res. BCB nº 352)	5,95%	7,03%	7,06%	7,40%	NA
Índice de Nível 1 (%)	8,15%	9,11%	8,98%	9,29%	9,75%
Índice de Nível 1 (%) (Sem efeitos de capital e risco das Res. CMN nº 4.966 e Res. BCB nº 352)	7,67%	8,61%	8,47%	8,76%	NA
Índice de Basileia	10,92%	12,00%	11,90%	12,54%	13,08%
Índice de Basileia (Sem efeitos de capital e risco das Res. CMN nº 4.966 e Res. BCB nº 352)	10,45%	11,52%	11,41%	12,03%	NA
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA					
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
ACP total (%)	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
Margem excedente de Capital Principal (%)	-0,55%	0,54%	0,58%	0,94%	1,34%
Margem excedente de Capital Principal (Sem efeitos de capital e risco das Res. CMN nº 4.966 e Res. BCB nº 352) (%)	-1,05%	0,03%	0,06%	0,40%	NA
Razão de Alavancagem (RA)					
Exposição total	NA	NA	NA	NA	NA
Exposição total (Sem efeitos de risco das Res. CMN nº 4.966 e Res. BCB nº 352)	NA	NA	NA	NA	NA
RA (%)	NA	NA	NA	NA	NA
RA (%) (Sem efeitos de risco das Res. CMN nº 4.966 e Res. BCB nº 352)	NA	NA	NA	NA	NA
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)					
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	NA	NA	NA	NA	NA
Total de saídas líquidas de caixa	NA	NA	NA	NA	NA
LCR (%)	NA	NA	NA	NA	NA
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)					
Recursos estáveis disponíveis (ASF)	NA	NA	NA	NA	NA
Recursos estáveis requeridos (RSF)	NA	NA	NA	NA	NA
NSFR (%)	NA	NA	NA	NA	NA

Conforme mencionado no item 2, os índices demonstrados não consideram aportes efetuados para a Portoseg antes do fechamento do ano-base de 2025, devido ao período de homologação do Departamento de Organização do Sistema Financeiro - BCB/DEORF. Considerando os aportes, que somam R\$ 230M, os indicadores seriam: ICP - 7,47% | Nível I - 9,18% | PR - 11,94%. O Conglomerado garante, após a aprovação dos aportes pelo Regulador, a devida manutenção dos níveis de solvência, em conformidade com o arcabouço regulatório. É possível inferir que, caso não houvessem tratamentos particulares para os efeitos da Resolução CMN nº 4.966 e Resolução BCB nº 352, os índices de solvência do conglomerado seriam impactados negativamente.

2.10. OV1 - Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

Para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR), apresentamos o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA).

R\$ milhões

	RWA		Requerimento mínimo de PR
	4T25	3T25	4T25
Risco de Crédito em sentido estrito	20.321	19.528	1.626
Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada	20.321	19.528	1.626
Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica	0	0	0
Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada	0	0	0
Risco de crédito de contraparte (CCR)	141	8	11
Do qual: apurado mediante uso da abordagem SA-CCR	0	0	0
Do qual: apurado mediante uso da abordagem CEM	0	0	0
Do qual: mediante demais abordagens	141	8	11
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	0	0	0
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	0	0	0
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	0	0	0
Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	0	0	0
Risco de mercado	54	69	4
Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAmPad)	54	69	4
Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWAmint)	0	0	0
Risco operacional	2.014	2.014	161
Risco de Pagamentos (RWAsp)	0	0	0
Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	0	0	0
Total	22.530	21.619	1.802

3. Composição de Capital

A apuração do Patrimônio de Referência (PR), segue conforme as definições estabelecidas da Resolução CMN nº 4.955 de 21/10/2021, aplicáveis às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

3.1. CCA - Principais Características dos Instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR)

Para mais informações e detalhamentos sobre os instrumentos autorizados a compor Capital Complementar ou o Nível II, disponibilizamos a tabela CCA, bem como todas as tabelas em nosso site: [http://ri.portoseguro.com.br/Relatórios do Conglomerado Prudencial/ Relatório de Gerenciamento de Riscos - 4T25 \(Material de apoio\).](http://ri.portoseguro.com.br/Relatórios do Conglomerado Prudencial/ Relatório de Gerenciamento de Riscos - 4T25 (Material de apoio).)

3.2. CC1 - Composição de Patrimônio de Referência (PR)

4T2025		
	Valor (R\$ milhões)	Referência no Balanço do Conglomerado
Capital Principal: instrumentos e reservas		
Instrumentos elegíveis ao Capital Principal	654	A
Reservas de lucros	185	B + C
Outras receitas e outras reservas	0	D
Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado prudencial e elegíveis ao seu Capital Principal	754	E
Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	1593	
Capital Principal: ajustes prudenciais		
Ajustes prudenciais relativos a apreçamentos de instrumentos financeiros (PVA)	0	
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	0	
Ativos intangíveis	105	F + G
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	177	H*
Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos cujos ajustes de marcação a mercado não são registrados contabilmente	-24	I
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	1	I
Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	0	
Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Principal	0	
Valor total das deduções relativas às participações líquidas não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	0	

Valor total das deduções relativas às participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	0	
Valor total das deduções relativas aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, que exceda 10% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	0	
Valor que excede, de forma agregada, 15% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado	0	
do qual: oriundo de participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	0	
do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	0	
Ajustes regulatórios nacionais	-118	
Ativos permanentes diferidos	0	
Investimentos em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que componham o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	0	
Aumento de capital social não autorizado	0	
Excedente do valor ajustado de Capital Principal	0	
Depósito para suprir deficiência de capital	0	
Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0	
Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	0	
Destaque do PR, conforme Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017	0	
Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	118	**
Dedução aplicada ao Capital Principal decorrente de insuficiência de Capital Complementar e de Nível II para cobrir as respectivas deduções nesses componentes	0	
Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	141	
Capital Principal	1453	***
Capital Complementar: instrumentos		
Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	384	
dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	0	
dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	384	***
Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0	
Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias da instituição ou conglomerado e elegíveis ao seu Capital Complementar	0	
da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0	
Capital Complementar antes das deduções regulatórias	0	

Capital Complementar: deduções regulatórias		
Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Complementar da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	0	
Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Complementar	0	
Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	0	
Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	0	
Ajustes regulatórios nacionais	0	
Participação de não controladores no Capital Complementar	0	
Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	0	
Dedução aplicada ao Capital Complementar decorrente de insuficiência de Nível II para cobrir a dedução nesse componente	0	
Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	0	
Capital Complementar	384	
Nível I	1837	
Nível II: instrumentos		
Instrumentos elegíveis ao Nível II	623	J****
Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado e elegíveis ao seu Nível II	0	
Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado e elegíveis ao seu Nível II	0	
Nível II antes das deduções regulatórias	0	
Nível II: deduções regulatórias		
Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética		
Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Nível II	0	
Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	0	
Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	0	
Ajustes regulatórios nacionais	0	
Participação de não controladores no Nível II	0	
Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	0	
Total de deduções regulatórias ao Nível II	0	
Nível II	0	
Patrimônio de Referência	623	
Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)	2460	
Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal	22530	
Índice de Capital Principal (ICP)		
Índice de Nível I (IN1)	6,45%	

Índice de Basileia (IB)	8,15%	
Percentual do adicional de Capital Principal (em relação ao RWA)	10,92%	
do qual: adicional para conservação de capital - ACPConservação	2,50%	
do qual: adicional contracíclico - ACPContracíclico	2,50%	
do qual: Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	0,00%	
Capital Principal excedente ao montante utilizado para cumprimento dos requerimentos de capital, como proporção do RWA (%)	0,00%	
Valores abaixo do limite de dedução antes da aplicação de fator de ponderação de risco	0,42%	
Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, bem como dos investimentos não significativos em Capital Complementar, em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas		
Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	0	
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, não deduzidos do Capital Principal	0	

**Valor reconhecido de crédito tributário sobre base negativa.*

*** Composto, principalmente, pelos valores absolutos de ajustes relacionados ao registro negativo no Patrimônio Líquido decorrente da aplicação, em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas esperadas previstos nas Resoluções CMN nº 4.966 de 25/11/2021 e BCB nº 352 de 23/11/2023, instituído como componente do Patrimônio de Referência pela Resolução CMN nº 5.199, de 23/12/2024.*

*** Campo composto pela linha "Capital Principal antes dos ajustes prudenciais" menos a linha "Total de deduções regulatórias ao Capital Principal".*

**** A soma dos saldos dos Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar e ao capital nível II não correspondem diretamente aos saldos apresentados no balancete, dado aos redutores aplicados aos instrumentos de Nível II, promovidos pelo Art. 29 da Resolução CMN nº 4.955 de 21/10/2021*

3.3. CC2 - Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial Consolidado

	R\$ milhões	4T25
ATIVO	Valores do Conglomerado	Referência no balanço do conglomerado
Caixa e equivalentes a caixa	105	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	141	
Títulos e Valores Mobiliários	739	
Instrumentos financeiros	12	
Operações de arrendamento mercantil	0	
Operações de Crédito	8.632	
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-3.107	
Outros créditos	15.294	
Provisões para perdas esperadas de outros créditos	-88	
Créditos tributários	1.596	H
Outros valores e bens	2.711	
Investimentos em participações em coligadas e controladas	186	
Outros Investimentos	0	
Imobilizado de uso	4	
Depreciações e amortizações	-1	
Intangível	166	F
Depreciações e amortizações	-60	G
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	0	
TOTAL DO ATIVO	26.330	
PASSIVO		
Depósitos	934	
Instrumentos de Dívida com Cláusula de Subordinação	1.373	J
Outros Instrumentos de Dívida	3.949	
Relações Interfinanceiras	12.152	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	204	
Instrumentos Financeiros Derivativos	11	
Provisões	0	
Obrigações fiscais diferidas	910	
Outras obrigações	4.949	
TOTAL DO PASSIVO	24.483	

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	885	
do qual: montante elegível para Capital Principal	654	A
do qual: montante elegível para Capital Complementar	0	
do qual: montante em aprovação junto ao Banco Central	231	
Reserva de lucros	185	B
Reservas de reavaliação	0	D
Outros resultados abrangentes	24	I
Lucros ou prejuízos acumulados	0	C
Participação de não controladores	754	E
Ações em tesouraria	0	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.847	

4. Indicadores de Liquidez

Risco de liquidez é definido como a possibilidade de a empresa não ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

4.1. LIQA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez

4.1.1. Estrutura e responsabilidades

O acompanhamento das atividades de gerenciamento do risco de liquidez é parte integrante das atribuições dos seguintes órgãos colegiados:

- **Diretoria Executiva:** responsável por zelar pela perenidade da Companhia, adequação da Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) e do Sistema de Controles Internos (SCI); responsável por aprovar a Política Corporativa de Gestão de Riscos; e responsável por analisar e aprovar o Apetite por Risco e revisá-lo sempre que ocorrer a atualização do plano de negócios.
- **Comitê de Riscos Integrados (CRI):** responsável por revisar e validar anualmente a Política Corporativa de Gestão de Riscos; responsável por prover recomendações relacionadas ao apetite e limites de exposição por tipos de riscos, assim como às políticas de risco; responsável por monitorar o perfil e apetite de risco da Companhia e supervisionar a observância de seus termos; responsável por analisar e pontuar fatores de riscos internos e externos que podem impactar os negócios da Corporação Porto Seguro; e responsável por revisar anualmente o relatório sobre a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia.

De forma complementar, destaca-se que o gerenciamento do risco de liquidez compreende um conjunto de atividades que abrangem todos os fatores de exposição do risco. Tais atividades são desempenhadas por unidades formalmente constituídas, com equipes tecnicamente capacitadas, sob gestão segregada, e com atribuições claramente definidas.

4.1.2. Estratégias de captação de recursos

O Conglomerado realiza captações de recursos no mercado, por meio de depósitos interfinanceiros, recursos de aceite e emissão de títulos. De maneira a mitigar o risco de liquidez, são avaliados os vencimentos destas captações, de forma a evitar a concentração em determinados vencimentos, conforme apresentado na tabela a seguir:

Captação de recursos e obrigações por empréstimos por instrumento e vencimento

R\$ milhões

	4T25			4T25
	< 3 meses	De 3 a 12 meses	> 12 meses	
CDB	108	133	342	583
CDI	350	0	0	350
LF Sênior	170	541	3.238	3.949
LF Subordinada	0	0	384	384
LF Subordinada de Nível II	0	0	989	989
Total	629	674	4.954	6.256

4.1.3. Estratégias de mitigação do risco de liquidez

Em linha com a Resolução CMN nº. 4.557/2017, o Conglomerado possui uma série de controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são:

- Limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez;
- Simulações de testes de estresse;
- Medidas potenciais para contingenciamento.

Os limites de gestão do risco de liquidez, definidos em política específica, são monitorados diariamente e reportados à Diretoria, incluindo a avaliação dos descasamentos das operações ativas e passivas. Neste contexto, estão definidas medidas de contingência de liquidez para eventuais casos simulados de estresse e de cenários adversos de liquidez.

4.1.4. Testes de estresse

São realizados testes de simulação de eventos severos e condições extremas, a fim de avaliar os impactos de tais situações na liquidez da instituição, cujos resultados, caso apontem, devem ser considerados na revisão das políticas, estratégias, limites e o plano de contingência de liquidez. Os testes realizados são:

- Cenário de estresse operacional: Monitorado semanalmente através do indicador de liquidez, sendo esse oriundo da relação do saldo projetado do dia pela somatória das movimentações (receitas, despesas e vencimentos de captações) dos próximos 05 dias. A ausência na disponibilidade de novas captações no mercado interbancário implicará na avaliação imediata de medidas de contingência pela Gerência de Planejamento e Gestão Financeira, que terá como resultado déficit de caixa;
- Cenário de estresse mercado: São contemplados para o estresse na curva de juros passiva os cenários de níveis de estresse disponibilizados pela BM&FBOVESPA vs spread da carteira de crédito. Os resultados dos cenários de “estresse operacional de médio e longo prazo” e de “estresse de mercado” devem ser discutidos e definidos no Comitê de Caixa.

4.1.5. Plano de contingência

Na hipótese de ocorrer acionamento do plano de contingência, poderão ser adotadas estratégias de recuperação dos níveis de liquidez considerados adequados para a Instituição. A descrição das etapas e dos procedimentos a serem adotados neste plano estão estabelecidos na “Política Interna - Gestão de Liquidez”.

Caso seja identificada a necessidade de aporte de capital nas empresas do Grupo, seja por necessidade de negócio ou por obrigações regulatórias, a Diretoria Financeira deverá propor o aumento às esferas competentes.

4.1.6. Ferramentas e metodologia de mensuração do risco de liquidez

Em linha com as características de negócio do Conglomerado, o processo de gestão de liquidez é feito, primordialmente, por meio da metodologia de liquidez de curto prazo, que contempla avaliar a existência de ativos livres de alta liquidez para honrar suas obrigações futuras, inclusive em cenários de estresse financeiro.

5. Risco de Crédito

5.1. CRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito

As exposições sujeitas ao risco de crédito, isto é, sujeitas às perdas associadas à possibilidade de descumprimento de um contrato pelo tomador ou contraparte nos termos pactuados, constituem parte relevante dos riscos inerentes às atividades do Conglomerado, sendo fundamental uma análise criteriosa da qualidade da carteira de empréstimos e financiamentos assim como das contrapartes do portfólio de investimento.

Neste contexto, todas as operações que expõe o Conglomerado ao risco de crédito são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria. Tais processos e controles estão em linha com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017.

5.2. Critérios associados ao risco de crédito

A Porto, por meio da Portoseg S/A CFI, tem instituídas políticas e instruções normativas pertinentes ao processo de concessão de crédito, alinhadas às estratégias de negócio, as quais visam atender aos diversos perfis de clientes.

De maneira geral, as decisões para concessão e manutenção de crédito são tomadas com bases nos modelos de score, em conjunto com critérios de aceitação. Para isso, são realizadas análises estatísticas que utilizam variáveis de mercado e de relacionamento interno junto à Companhia. Adicionalmente, no âmbito de governança, o processo é amparado por alçadas claramente definidas.

Todas as políticas de concessão e manutenção de crédito são aprovadas pela Diretoria, sendo revistas, no mínimo anualmente, e divulgadas internamente por meio da Intranet da Companhia.

5.3. Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito do Conglomerado ocorre por meio do acompanhamento de indicadores e conta com apoio de metodologias que visam identificar, mensurar e controlar o risco, assim como possibilitar a tomada de ações que mitiguem exposições acima dos limites estabelecidos pela Diretoria.

Isto inclui o monitoramento da inadimplência da carteira, provisão para créditos de liquidação duvidosa (em linha com a Resolução CMN nº. 4.966/2021), efetividade da recuperação de créditos em atraso, concentração da carteira, entre outros.

5.4. Política de Conformidade e Auditoria Interna

A atividade de gerenciamento do risco de crédito é executada por uma unidade específica, segregada das unidades de negócio e da unidade executora da atividade de Auditoria Interna da Instituição.

Os papéis e responsabilidades das estruturas responsáveis pelo gerenciamento do risco de crédito encontram-se formalizadas em documento próprio, denominado “Política Interna - Gestão de Risco de Crédito”.

5.5. Escopo dos relatórios gerenciais

Conforme a característica e a relevância dos riscos, são definidas diferentes periodicidades para o monitoramento dos riscos.

Em linhas gerais, são previstos reportes periódicos do nível de risco de forma a avaliar sua aderência ao apetite por risco definido pela Diretoria Executiva. Caso sejam identificadas situações de desenquadramento, é previsto que as unidades operacionais e de negócios (primeira linha) responsáveis justifiquem os motivos, ações de tratamento previstas e prazos para reenquadramento.

As informações apresentadas a seguir permitem uma análise criteriosa da carteira de crédito referente ao 4º trimestre de 2025 sob diversos aspectos:

5.6. CR1 - Qualidade creditícia das exposições

R\$ milhões

	Valor Bruto		Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar Dos quais: RWACPAD	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar Dos quais: RWACIRB	Valor líquido
	Exposições caracterizadas como operações em curso anormal	Em Curso Normal				
Concessão de crédito	3.700	19.810	3.195	3.195	0	20.315
Títulos de dívida	0	0	0	0	0	0
dos quais: títulos soberanos nacionais	0	0	0	0	0	0
dos quais: outros títulos	0	0	0	0	0	0
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	0	0	0	0	0	0
Total	3.700	19.810	3.195	3.195	0	20.315

5.7. CR2 - Mudança no estoque de ativos problemáticos

R\$ milhões

	4T25
Valor das operações em curso anormal no final do período anterior	2.954
Valor das operações que passaram a ser classificadas como em curso anormal no período corrente	1.437
Valor das operações reclassificadas para curso normal	-18
Valor da baixa contábil por prejuízo	-602
Outros ajustes	-71
Valor das operações em curso anormal no final do período corrente	3.700

5.8. CRB - Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

Exposições por região geográfica do Brasil

R\$ milhões

	4T25					
	Sudeste	Sul	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Brasil
Pessoa Física	13.580	1.719	376	2.191	1.478	19.344
Cartão de Crédito	12.226	1.518	316	1.999	1.293	17.352
Consignado	66	3	1	5	3	76
Empréstimos	766	111	28	108	110	1.123
Veículos	515	86	30	76	70	777
Outros	7	1	1	3	3	16
Pessoa Jurídica	715	86	23	77	69	971
Antecipações	56	0	0	0	0	56
Capital de giro	454	58	15	55	54	635
Cartão de Crédito	100	16	2	13	4	135
Empréstimos	9	2	1	1	2	15
Veículos	96	10	6	8	10	130
Total	14.296	1.805	400	2.268	1.547	20.315

Exposições por setor econômico

R\$ milhões

	4T25
Pessoa Física	19.344
Pessoa Jurídica	971
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	637
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	87
COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	70
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	60
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	23
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	21
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	21
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	16
CONSTRUÇÃO	13
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	7
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	5
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	4
EDUCAÇÃO	2
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	2
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	1
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	1
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	0
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	0
ELETRICIDADE E GÁS	0
Total	20.315

Exposições por prazo a decorrer

R\$ milhões

	4T25			
	Saldo até 6 meses	Saldo de 7 a 12 meses	Saldo de 13 a 60 meses	Saldo acima de 60 meses
Pessoa Física	17.213	3.197	2.065	0
Cartão de Crédito	16.389	2.698	1.198	0
Consignado	37	20	40	0
Empréstimos	499	287	434	0
Veículos	286	188	383	0
Outros	3	3	10	0
Pessoa Jurídica	457	183	394	0
Antecipações	55	4	0	0
Capital de giro	206	131	325	0
Cartão de Crédito	144	18	1	0
Empréstimos	6	4	6	0
Veículos	46	26	63	0
Total	17.670	3.380	2.459	1

Exposições em curso anormal por região geográfica do Brasil

R\$ milhões

	4T25	
	Curso Anormal	Provisão Regulamentar
Sudeste	2.572	1.981
Sul	332	254
Norte	69	52
Nordeste	444	349
Centro-Oeste	282	214
Total	3.700	2.851

Exposições em curso anormal por setor econômico

R\$ milhões

	4T25	
	Curso Anormal	Provisão Regulamentar
Pessoa Física	3.634	2.802
Pessoa Jurídica	66	48
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	36	25
COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	9	7
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	4	3
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	3	3
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	3	3
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	3	2
CONSTRUÇÃO	2	2
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	1	1
EDUCAÇÃO	1	1
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1	1
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	1	1
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	1	1
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	1	0
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	0	0
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	0	0
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	0	0
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	0	0
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	0	0
Total	3.700	2.851

Exposições em atraso

R\$ milhões

	4T25					Total
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Sudeste	652	348	317	193	59	1.570
Sul	84	54	45	24	8	214
Norte	25	13	10	5	2	54
Nordeste	94	58	48	34	12	245
Centro-Oeste	88	46	38	21	7	200
Total	944	519	457	276	86	2.283

Exposições reestruturadas e renegociadas

R\$ milhões	4T25	
	Curso Anormal	Demais
Exposições renegociadas	323	80
Exposições reestruturadas	0	0

Representatividade das maiores exposições

	4T25	4T24
Exposição		
10 Maiores Devedores	0,65%	0,44%
100 Maiores Devedores	1,31%	1,06%

6. CCRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento de risco de crédito de contraparte (CCR)

O gerenciamento do risco de crédito de contraparte ocorre por meio da análise do crédito, recomendação e aprovação da contraparte e monitoramento da carteira de investimentos. Neste sentido, são estabelecidos limites compatíveis com a capacidade financeira da contraparte, alocação máxima por portfólio, grupo econômico, prazo máximo por ativo e ativos vedados.

Adicionalmente acompanha-se a concentração por rating, segmento (público e privado) e contrapartes, assim como cálculo da perda esperada em nível individual e agregado, incluindo cenários de estresse.

6.1. Políticas de avaliação de CCR

Possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Representam exposições ao risco de crédito da contraparte, entre outras: (i) As operações compromissadas com títulos e valores mobiliários; (ii) As operações de empréstimo de títulos ou de valores mobiliários; e (iii) Os instrumentos financeiros derivativos, inclusive derivativos de crédito.

Considerando os valores apresentados na tabela OV1 Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA), atualmente o risco de contraparte não apresenta risco significativo as operações.

7. Risco de mercado

7.1. MRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Neste sentido, as operações são segregadas em carteira de negociação (composta por operações para obtenção de ganhos com variações nos movimentos de preço ou destinadas à hedge de outros ativos livres da carteira de negociação) e carteira de não negociação (comporta por operações cujo o objetivo é cobrir riscos (hedge) das operações de não-negociação, inclusive derivativos), conforme definição prevista na Resolução BCB nº 111/2021.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado no modelo das três linhas de defesa, envolvendo assim todos os níveis hierárquicos da Companhia, cada qual com sua responsabilidade. Seu gerenciamento é realizado por meio de limites, devidamente formalizados e aprovados pela Diretoria, através de monitoramento diário da carteira.

Este monitoramento possibilita uma rápida atuação em casos de desenquadramento, tais como comunicação às áreas envolvidas ou, caso seja considerado evento crítico, convocação de um comitê e consequente discussão sobre o tema.

7.2. Estrutura

As funções de gerenciamento de risco de mercado compreendem um conjunto de atividades funcionais que permeiam toda a cadeia de negócio, desde o desenvolvimento de produtos, a negociação de operações, a modelagem e o controle de risco de mercado e de resultado até a formalização, contabilização e liquidação de operações, bem como o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

Tais funções são desempenhadas por unidades funcionais formalmente constituídas, com equipes tecnicamente capacitadas, sob gestão segregada, e com atribuições claramente definidas e formalizadas em documento interno denominado “Política de Gestão de Risco de Mercado”.

Todas as operações que expõem o Conglomerado ao risco de mercado são reportadas de maneira periódica à Diretoria em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017, possibilitando uma rápida atuação em casos de desenquadramento, tais como comunicação às áreas envolvidas ou, caso seja considerado evento crítico, convocação de um comitê e consequente discussão sobre o tema.

7.3. Principais características dos sistemas de informação e de mensuração dos riscos

De forma geral, os modelos de mensuração do risco de mercado obedecem às seguintes premissas:

- Refletirem com maior brevidade possível os movimentos de mercado e os respectivos impactos nos preços;
- Serem consistentes com a forma de precificação, ou seja, utilizarem preços de mercado sempre que possível e disponível; e
- Apresentarem consistência de critérios ao longo do tempo, evitando mudanças frequentes e drásticas que impeçam o acompanhamento contínuo da evolução do risco.

Conforme a classificação das operações nas carteiras de negociação e não negociação, são utilizadas metodologias distintas para mensuração do risco de mercado.

7.3.1. Carteira de negociação

Para a carteira de negociação, é realizado cálculo de teste de estresse, de forma a aferir a potencial perda da carteira sob cenários adversos de mercado.

Adicionalmente, ressalta-se que a área de risco do Administrador Fiduciário (Intrag) realiza, paralela e independentemente, o controle dos limites legais de risco para todos os fundos sob gestão do Conglomerado.

7.3.2. Carteira bancária

Para a carteira bancária a mensuração e o controle são realizados com base nas abordagens de cenários de estresse de impacto no valor econômico (*Economic Value of Equity - EVE*) e de resultado (*Net Interest Income - NII*), conforme metodologia estabelecida na Circular BCB Nº 3.876/2018.

7.4. MR1 - Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado

O risco de mercado do Conglomerado Prudencial engloba as exposições sujeitas à variação de taxas pré-fixadas denominadas em real, assim como as exposições sujeitas à variação de taxas de câmbio.

R\$ milhões	4T25	3T25
Fatores de Risco	RWA _{MPAD}	RWA _{MPAD}
Taxas de juros	0	0
Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWA _{JUR1})	0	0
Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWA _{JUR2})	0	0
Taxas dos cupons de índices de preço (RWA _{JUR3})	0	0
Taxas dos cupons de taxas de juros (RWA _{JUR4})	0	0
Preços de ações (RWA_{ACS})	0	0
Taxas de câmbio (RWA_{CAM})	23	23
Preços de mercadorias (commodities) (RWA_{COM})	0	0
Exposição da carteira de Negociação (RWA_{DRC})	0	0
Qualidade creditícia da Contraparte (RWA_{CVA})	31	31
Total	54	54

8. Risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB)

8.1. IRRBBA - Objetivos e políticas para o gerenciamento de IRRBB

A metodologia e procedimento para a avaliação de suficiência do valor do Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) são definidos pelas Circulares BCB Nº 3.876, de 31 de janeiro de 2018, e Nº 3.938, de 17 de abril de 2019.

Os modelos de avaliação de risco definidos nestas Circulares são os seguintes:

- ΔEVE (*Economic Value of Equity*) => A variação do valor econômico do capital corresponde à diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;
- ΔNII (*Net Interest Income*) => Corresponde à diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;

O Conglomerado Prudencial da Porto Seguro optou por adotar para a sua Carteira Bancárias as mesmas regras e metodologias de cálculo estabelecidas pelo órgão regulador (BACEN). Os

métodos de mensuração de ΔEVE e ΔNII e sua formulação matemática estão detalhadamente apresentados na Circular BCB Nº 3.876, de 31 de janeiro de 2018.

Os cenários dos testes de estresse que resultarem em condição de severidade alta ou altíssima devem ser discutidos e avaliados em Comitê de Risco ou em reuniões executivas, onde poderão ser formalizadas as decisões de aceitar o risco identificado ou implantar ações de mitigação.

O acompanhamento das atividades de gerenciamento do risco da carteira bancária é parte integrante das atribuições dos principais fóruns colegiados da Instituição, como a Diretoria Executiva, e o Comitê de Risco. As áreas de gestão de riscos e auditoria interna mantêm a segregação de estruturas e funções entre as áreas envolvidas na execução e controle dos negócios, garantindo a independência das áreas e governança dos processos relacionados às métricas de IRRBB.

As métricas ΔEVE e ΔNII são calculadas mensalmente para todos os ativos e passivos que constituem o escopo de exposições para o risco de variação de taxa de juros classificados na carteira bancária.

O Conglomerado Prudencial Porto Seguro adotou os cenários padronizados de Basileia para parametrização dos choques de taxas de juros considerando as métricas mencionadas no anteriormente. Para fins de divulgação, não foram aplicadas as premissas distintas das estabelecidas pelo normativo vigente.

No que se refere ao *hedge* financeiro, a respectiva política estabelece o conjunto de princípios, diretrizes, estratégias, ações, monitoramento e papéis e responsabilidades necessários para execução das operações de *hedge* que visem a mitigação da exposição a variáveis de mercado que impactem ativos e passivos.

Os princípios e diretrizes abaixo devem orientar a estratégia de *hedge*, assim como os processos decorrentes desta operação:

- A política de *hedge* deve estar alinhada aos objetivos estratégicos da instituição;
- As regras, os procedimentos e as metodologias aplicadas na operação de *hedge* devem ser definidas e apresentadas em linguagem clara bem como seguir as melhores práticas de mercado;
- As áreas responsáveis pela operação de *hedge* devem ser tecnicamente preparadas para apreçar os instrumentos elegíveis desta política, assim como o processo/manual de apreçamento deve ser documentado;
- Os resultados oriundos das operações de *hedge* devem ser monitorados por meio de relatórios específicos e as ações, em exceção a esta Política, deliberadas no Comitê de *Hedge*.

Para realização da avaliação do IRRBB são utilizadas as seguintes premissas:

- Os fluxos de caixa referentes aos instrumentos classificados na carteira são carregados no sistema de forma consolidada, contendo informações fundamentais para apuração dos saldos, tais como ‘data de vencimento’ e ‘valores no vencimento’;
- A carteira não possui operações com opcionalidades automáticas embutidas;
- As taxas de juros utilizadas nos cálculos, incluindo os respectivos choques, são informadas em base anual, considerando capitalização contínua;
- Não são considerados, explicitamente, dados referentes a margens comerciais e outros componentes de spread; e
- Os parâmetros comportamentais associados ao evento de pré-pagamento e resgates antecipados são aplicados sobre os valores no vencimento.

8.2. IRRBB1 - Informações qualitativas sobre o IRRBB

Valores em mil R\$	ΔEVE		ΔNII		
	Data-base	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
Cenário paralelo de alta		95.920	15.395	47.193	-59.748
Cenário paralelo de baixa		-98.917	-13.341	-33.064	71.798
Cenário de aumento das taxas de juros de curto prazo		N/A	N/A		
Cenário de redução das taxas de juros de curto prazo		N/A	N/A		
Cenário steepener		N/A	N/A		
Cenário flattener		N/A	N/A		
Variação máxima		95.920	15.395	47.193	71.798
	Data-base	dez/25		dez/24	
Nível I do Patrimônio de Referência (PR)		1.837.020		1.888.051	

As medidas de variação têm as perdas representadas por valores positivos, conforme Art. 13 § 3º da Circular 3.876.

9. Risco Operacional

9.1. ORA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco operacional

O risco operacional é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Em linha com a Resolução CMN nº. 4.557/2017, o Conglomerado possui uma série de processos e controles para gerenciamento do risco operacional, como segue:

9.1.1. Processo de gerenciamento de risco operacional

O monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executado de forma corporativa e centralizada, contando com um processo formal destinado a identificar os riscos e as oportunidades, possibilitando assim estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer um método para tratar esses impactos.

Isto inclui a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre o Conglomerado, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A Política Interna de Risco Operacional estabelece o conjunto de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários para a identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos operacionais aos quais o Conglomerado Prudencial Porto Seguro esteja exposto, a fim de garantir a aderência à legislação e às melhores práticas de mercado, fortalecendo as bases de confiança mútua entre a empresa, clientes, as sociedades com as quais realiza operações e aos órgãos reguladores.

9.1.2. Estrutura Organizacional

- **Diretoria Executiva** - Responsável pela execução operacional da gestão de riscos e controles internos, a Diretoria deve implementar processos eficazes e monitorar periodicamente a exposição do Grupo a riscos. Compete a ela avaliar a eficácia do sistema anualmente, aprovar limites de exposição para os negócios e reportar falhas ou necessidades de melhoria ao Conselho, assumindo também as funções deste em empresas do conglomerado que não possuam conselho próprio.
- **Gestores das Unidades Operacionais e de Negócios** - Atuando como a primeira linha, esses gestores devem aplicar as diretrizes de risco no dia a dia, identificando, revisando e validando riscos e controles em suas áreas. Suas responsabilidades incluem o reporte preciso de perdas operacionais, a gestão de riscos em serviços terceirizados, o cumprimento de planos de ação e a execução de testes de controle, garantindo que a operação esteja em conformidade com o planejamento definido.
- **Comitê de Riscos Integrado (CRI)** - Funciona como um órgão de assessoramento técnico que revisa e valida anualmente as políticas de risco, monitorando se o perfil da Companhia permanece dentro do apetite estabelecido. O Comitê analisa fatores internos e externos que impactam o negócio, sugere recomendações sobre limites de exposição à Diretoria e avalia periodicamente a eficácia global do sistema de gerenciamento de riscos e controles internos.

- **Gerência de Gestão de Riscos Corporativos** - Responsável por desenvolver a metodologia e coordenar o inventário de riscos em toda a organização, oferecendo suporte técnico às unidades de negócio. Esta área monitora as exposições, identifica riscos emergentes e dissemina a cultura de riscos, atuando como um facilitador que orienta a implementação de medidas corretivas e prepara os reportes para o mercado e reguladores, sem comprometer sua independência funcional.
- **Controles Internos** - Este grupo estabelece a base metodológica e as ferramentas para a verificação da conformidade organizacional, com foco especial na integridade das demonstrações financeiras e obrigações regulatórias. Sua função é testar e avaliar a eficácia dos controles relevantes e elaborar relatórios sobre o ambiente de controle de todas as estruturas do Grupo, garantindo o atendimento aos padrões éticos e às normas vigentes.
- **Auditoria Interna** - Atua como a terceira linha, avaliando de forma independente e objetiva a adequação da estrutura de riscos e controles em ciclos de até três anos. Seu papel é zelar pela conformidade total às normas internas e externas, recomendando melhorias no ambiente de controle e acompanhando rigorosamente a implementação das ações corretivas derivadas de seus apontamentos.

9.1.3. Sistemas, rotinas e procedimentos para mensurar o Risco Operacional

O sistema de mensuração do risco operacional fundamenta-se na integração entre o Banco de Dados de Perdas Operacionais e a Matriz de Riscos e Controles (MRC). Enquanto o banco de dados foca no registro histórico e quantitativo de perdas reais, a MRC atua como ferramenta estrutural para a identificação, avaliação e mensuração qualitativa dos riscos inerentes e residuais.

A MRC permite que a organização mapeie os processos de trabalho e identifique os principais riscos operacionais a eles associados, avaliando periodicamente a efetividade das metodologias e ferramentas de controle utilizadas. Esse mecanismo é essencial para estimar o impacto potencial de eventos antes que eles se concretizem, fornecendo o subsídio necessário para o tratamento e a mitigação de riscos até níveis aceitáveis.

Complementando a MRC, o Banco de Dados de Perdas garante que todos os eventos, incluindo perdas operacionais, recuperações e atualizações sejam registrados mensalmente. Essa rotina permite a construção de modelos de mensuração para o requerimento de capital e melhora a confiabilidade dos mecanismos de supervisão de solvência perante os órgãos reguladores. A manutenção dessas ferramentas é uma responsabilidade compartilhada: a Gerência de Gestão de Riscos Corporativos coordena a elaboração e as revisões do inventário de riscos, enquanto os Gestores das Unidades de Negócio devem executar testes de controles e reportar perdas operacionais de forma conciliada e tempestiva.

9.1.4. Escopo dos relatórios gerenciais

Os relatórios gerenciais enviados à Diretoria Executiva, ao Comitê de Riscos Integrado (CRI) têm como escopo principal a avaliação da eficácia da Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) e do Sistema de Controles Internos (SCI). O contexto dessas comunicações abrange o inventário de riscos atualizado, o monitoramento das exposições em relação ao apetite por risco e a análise de mudanças internas ou externas que possam impactar o perfil de negócio da companhia.

A periodicidade dos reportes varia conforme a instância: a Diretoria Executiva realiza avaliações de eficácia ao menos uma vez ao ano – ou sempre que houver mudanças significativas no perfil de risco – enquanto o CRI revisa anualmente os relatórios de sistemas de gerenciamento e políticas. Além disso, a Auditoria Interna atua em um ciclo máximo de três anos para avaliar a adequação de toda a estrutura. No nível operacional, os gestores das unidades de negócio devem enviar informações sobre eventos de perdas mensalmente para a área de Gestão de Riscos Corporativos.

Os critérios para inclusão de informações referentes às perdas operacionais relevantes baseiam-se na identificação de eventos primários, como fraudes, falhas em sistemas de TI, interrupção de negócios e riscos legais. Perdas em outros riscos (como Mercado ou Crédito) só são incluídas no escopo operacional quando decorrem de falhas humanas ou de processos que extrapolam os limites e alçadas estabelecidos. Eventos puramente estratégicos ou despesas ordinárias de manutenção são expressamente excluídos desses reportes.

Por fim, incidentes que representem risco imediato à imagem, aos negócios ou que envolvam os Planos de Continuidade de Negócios (PCN) ensejam reportes extraordinários e devem ser comunicados imediatamente à Gestão de Riscos Corporativos. Tais reportes extraordinários visam a classificação célere do evento e o acionamento de instâncias como o Comitê de Crise, garantindo que medidas corretivas e planos de ação sejam implementados sem depender dos ciclos ordinários de reporte.

9.1.5. Estratégia de mitigação de Risco Operacional

As estratégias de mitigação do risco operacional do Conglomerado Prudencial Porto Seguro fundamentam-se em uma abordagem de defesa em camadas, que combina controles técnicos, governança de terceiros e o fortalecimento do capital humano. A seguir, descrevo como esses pilares são estruturados:

- **Metodologia de mensuração de risco operacional** - Para o cálculo dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco operacional, o Conglomerado Prudencial adota a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, conforme disposições do artigo sétimo da Circular BCB Nº. 3.640/2013. O processo de monitoramento do risco operacional é realizado por meio de procedimentos e métodos qualitativos e quantitativos, que nos permitem identificar e avaliar os riscos, os controles e as perdas operacionais. De forma geral, destacam-se as avaliações de perdas decorrentes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, onde são capturados mensalmente junto as áreas de negócio, garantido uma base unificada para quantificação dos riscos e melhoria contínua dos processos.

- **Controles e Processos do Risco Operacional** - O estabelecimento de controles é a base da mitigação, visando reduzir ameaças a níveis aceitáveis. Isso é feito por meio do mapeamento e documentação de todos os processos, vinculando-os a normas que regulam sua execução. A eficácia desses controles é monitorada através de testes periódicos executados pelos gestores das unidades de negócio (primeira linha), que devem justificar qualquer não conformidade. Adicionalmente, a área de Controles Internos avalia e testa controles que impactam demonstrações financeiras e obrigações regulatórias. Para garantir a resiliência, a companhia mantém Planos de Contingência e de Continuidade de Negócios para limitar perdas em casos de interrupção parcial ou total das atividades.
- **Gestão de crises e continuidade dos negócios** - Definição de um conjunto de estratégias operacionais e tecnológicas alinhadas às necessidades dos negócios, visando promover a continuidade, a segurança e a resiliência nos processos críticos da Porto, incluindo aqueles que fazem parte do Conglomerado.

Para isso, a área de Riscos Cibernéticos não apenas estabelece a governança do programa de continuidade de negócios, mas também determina os relacionamentos, papéis e responsabilidades entre as áreas e partes interessadas, a fim de garantir a perpetuação efetiva da Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) em toda Porto.

O SGCN está sujeito a revisões anuais pela área de Riscos Cibernéticos ou sempre que houver mudanças substanciais nos processos de negócio, considerando a realização de treinamentos, testes, acionamento da contingência e adaptações tecnológicas.

- **Disseminação da Cultura e Capacitação** - A política destaca que estruturas formais só são eficientes se reforçadas por uma forte cultura de controle. A Gerência de Gestões de Riscos Corporativos tem o papel central de promover essa cultura entre todos os colaboradores, reforçando comportamentos que favoreçam a gestão preventiva. Para suportar essa mentalidade, a empresa provê recursos humanos capacitados, experientes e em quantidade suficiente para a operacionalização dos controles.
- **Estratégia de Terceirização e Fornecedores** - A mitigação estende-se à cadeia de valor, reconhecendo que, embora serviços possam ser delegados, a responsabilidade pelo risco operacional permanece com o Conglomerado Prudencial Porto Seguro. A estratégia inclui:

Gestão Contratual: Fornecedores e prestadores estão sujeitos a regras estritas estabelecidas em contrato, sob gestão direta das áreas contratantes.

Monitoramento Especializado: As contratações de tecnologia (fábricas de software e infraestrutura) possuem gerenciamento dedicado para manter a segurança cibernética e a integridade dos dados.

Prevenção de Impactos: A gestão de terceiros foca em identificar e mitigar riscos de conformidade, reputação e continuidade que possam surgir de falhas de parceiros externos.

- **Prevenção a Fraudes e Riscos Cibernéticos** - Como estratégias específicas de mitigação, a companhia mantém áreas e programas dedicados a temas críticos. Existe um Programa de Prevenção e Combate à Fraude para fraudes internas e externas, além de uma gerência específica para tratar de incidentes de tecnologia, segurança de dados e privacidade.

9.2. OR2 - Composição do Indicador de Negócios (BI)

R\$ milhões

BI e componentes	jun/25*	jun/24	jun/23
Componente de juros, arrendamento mercantil e participações (ILDC)	522		
Receita de juros e arrendamento mercantil (II)	2.786	2.278	2.093
Despesa de juros e arrendamento mercantil (IE)	-574	-493	-524
Ativos geradores de juros (IEA)	21.314	20.250	17.345
Receitas de participações (DI)	65	72	102
Componente de serviços (SC)	1.864		
Receita de serviços (FI)	1.747	1.433	1.064
Despesa de serviços (FE)	0	0	0
Outras receitas operacionais (OOI)	256	137	142
Outras despesas operacionais (OOE)	-561	-367	-419
Componente financeiro (FC)	42		
Resultado líquido da carteira de negociação (NTB)	0	0	0
Resultado líquido da carteira bancária (NBB)	102	5	-18
Indicador de Negócios (BI)	2.427		
Indicador de Negócios Ponderado (BIC)	291		

Divulgação relativa ao BI	jun/25	jun/24	jun/23
Receitas referentes a serviços de pagamento excluídos do SC	0	0	0
Despesas referentes a serviços de pagamento excluídos do SC	0	0	0

* O saldo de exposição ao risco operacional de dezembro/25 é calculado com base nos dados relativos a três períodos anuais, iniciando pelo semestre que se encerra no semestre anterior ao da data-base de referência.

9.3. OR3 - Requerimento de capital para o risco operacional

R\$ milhões

	4T25
Indicador de Negócios Ponderado (BIC)	291
Multiplicador de Perdas Internas (ILM)	1
Requerimento de capital para o risco operacional	291
RWAopad	2.014